RGe ISSN: 2177-3246

A LIBRAS COMO PRIMEIRA LÍNGUA PARA A APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS SURDAS

LIBRAS AS A FIRST LANGUAGE FOR THE LEARNING OF DEAF CHILDREN

LA LIBRAS COMO PRIMERA LENGUA PARA EL APRENDIZAJE DE NIÑOS SORDOS

10.56238/revgeov17n4-127

Ana Rosária Soares da Silva
Doutora em Estudos Literários
Instituição: Universidade Federal de Uberlândia - Campus Uberlândia, Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
E-mail: ana.rosaria@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9784-
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2499309103776954

Shirlane Maria Batista da Silva Miranda
Doutora em Educação
Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)
E-mail: shirlanesilva@professor.uema.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6611-528X
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0052291130015122

Laurilene Cardoso da Silva Lopes
Doutora em Educação
Instituição: Universal Federal do Piauí (UFPI)
E-mail: lauralopesharel@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000.-0001-5136-6641
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8165003904604062

Antonio Luis Alencar Miranda
Doutor em Linguística
Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
E-mail: antoniomiranda@professor.uema.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6611-528X
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7888882861091453

RGe
ISSN: 2177-3246

Heloisa Helena da Silva Ferreira
Mestra em Educação
Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), Instituto Federal do Piauí (IFPI)
E-mail: heloisahsf@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0009-9579-4045
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9314929278029342

Domitilia Lopes de Sousa
Doutora em Ciências da Educação
Instituição: Universidad de la Integración de las Americas (UNIDAS), com convalidação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
E-mail: domitilialopes@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0004-3686-7738
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6407287065302473

Daniela da Silva de Carvalho
Mestra em Educação
Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
E-mail: danielacarvalho@professor.uema.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8954-612X
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0256889103702298

RESUMO
O artigo reflete a centralidade da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua (L1) e pilar fundamental para o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem da criança surda. Fundamentado em uma perspectiva socioantropológica e bilíngue, o trabalho discute a distinção entre língua e linguagem, utilizando as matrizes teóricas de Saussure, Chomsky, Skinner, Krashen e as vertentes interacionistas de Piaget e Vygotsky. Demonstra-se que a Libras, enquanto sistema linguístico autônomo de modalidade visual-espacial, possui equivalência funcional às línguas orais, sendo capaz de ativar o dispositivo biológico de aquisição da linguagem e organizar as funções psicológicas superiores. A investigação destaca que o acesso precoce à Libras é imperativo para evitar o deprivamento linguístico e garantir a constituição da subjetividade e identidade do sujeito. Além disso, discute-se a assimetria na apropriação do Português escrito, evidenciando que, para o aluno surdo, esta configura-se como uma segunda língua (L2), exigindo estratégias de ensino diferenciadas. Conclui-se que a legitimação científica dos cinco parâmetros da Libras (Configuração de Mão, Ponto de Articulação, Movimento, Orientação e Expressões Não Manuais) ratifica seu status de língua de pleno direito. Assim, a institucionalização de uma pedagogia bilíngue bimodal não é apenas uma escolha metodológica, mas o cumprimento de um direito humano fundamental que assegura justiça social, autonomia e o acesso pleno ao conhecimento e à cidadania por parte do estudante surdo.

Palavras-chave: Libras. Aquisição de Linguagem. Educação Bilíngue. Criança Surda.

ABSTRACT
This article reflects on the centrality of Brazilian Sign Language (Libras) as a first language (L1) and a fundamental pillar for the cognitive development and learning of deaf children. Grounded in a socio-

anthropological and bilingual perspective, this work discusses the distinction between "language" (as a faculty) and "a language" (as a system), utilizing the theoretical frameworks of Saussure, Chomsky, Skinner, and Krashen, as well as the interactionist strands of Piaget and Vygotsky. It is demonstrated that Libras, as an autonomous linguistic system in a visual-spatial modality, possesses functional equivalence to spoken languages, being capable of activating the biological language acquisition device and organizing superior psychological functions. The investigation highlights that early access to Libras is imperative to avoid linguistic deprivation and to ensure the constitution of the subject's subjectivity and identity. Furthermore, it discusses the asymmetry in the appropriation of written Portuguese, evidencing that, for the deaf student, it constitutes a second language (L2), requiring differentiated teaching strategies. It is concluded that the scientific legitimacy of the five parameters of Libras (Hand Configuration, Place of Articulation, Movement, Orientation, and Non-manual Expressions) ratifies its status as a full-fledged language. Thus, the institutionalization of a bimodal bilingual pedagogy is not merely a methodological choice, but the fulfillment of a fundamental human right that ensures social justice, autonomy, and full access to knowledge and citizenship for the deaf student.

Keywords: Libras. Language Acquisition. Bilingual Education. Deaf Child.

RESUMEN

Este artículo refleja la centralidad de la Lengua de Señas Brasileña (Libras) como primera lengua (L1) y pilar fundamental para el desarrollo cognitivo y el aprendizaje de los niños sordos. Desde una perspectiva socioantropológica y bilingüe, el trabajo analiza la distinción entre lenguaje y habla, utilizando los marcos teóricos de Saussure, Chomsky, Skinner, Krashen y los enfoques interaccionistas de Piaget y Vygotsky. Demuestra que Libras, como sistema lingüístico autónomo de modalidad visoespacial, posee equivalencia funcional con las lenguas orales, siendo capaz de activar el mecanismo biológico de adquisición del lenguaje y organizar funciones psicológicas superiores. La investigación subraya que el acceso temprano a Libras es imperativo para evitar la privación lingüística y garantizar la constitución de la subjetividad e identidad del sujeto. Además, analiza la asimetría en la apropiación del portugués escrito, mostrando que, para los estudiantes sordos, este se configura como una segunda lengua (L2), lo que requiere estrategias de enseñanza diferenciadas. Se concluye que la validación científica de los cinco parámetros de Libras (configuración de la mano, localización, movimiento, orientación y expresiones no manuales) ratifica su estatus como lengua propiamente dicha. Por lo tanto, la institucionalización de una pedagogía bimodal bilingüe no es meramente una elección metodológica, sino la realización de un derecho humano fundamental que garantiza la justicia social, la autonomía y el pleno acceso al conocimiento y la ciudadanía para los estudiantes sordos.

Palabras clave: Libras. Adquisición del Lenguaje. Educación Bilingüe. Niño Sordo.

1 INTRODUÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) constitui-se como um sistema linguístico de natureza visual-espacial, dotado de autonomia gramatical plena, transcendendo a concepção equivocada de mero conjunto gestual ou sistema acessório de comunicação. Sua estrutura organiza-se em níveis linguísticos complexos — fonológico, morfológico, sintático e semântico — independentes da língua portuguesa, conforme ratificado pela Lei nº 10.436/2002. No âmbito do desenvolvimento humano, a Libras assume o papel de Língua de Instrução (L1), sendo o suporte precípuo para a mediação cognitiva, a produção de sentidos e a consolidação da identidade sociocultural do sujeito surdo.

Conforme analisa Quadros (2025), a partir da década de 1980, emergiu um movimento global de ruptura com os modelos clínico-terapêuticos, reivindicando a implementação de propostas educacionais bilíngues para sujeitos surdos. No cenário brasileiro, essa efervescência consolidou-se nos anos 1990, impulsionada por movimentos sociais protagonizados por comunidades surdas e intelectuais da área. Tais articulações visavam não apenas ao reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais (Libras), mas à institucionalização de uma pedagogia que reconhece a Libras como primeira língua (L1).

Sob essa ótica, o bilinguismo transcende o ensino de idiomas, configurando-se como um espaço de mediação cultural tornando-se o alicerce para o desenvolvimento cognitivo e identitário do aluno Surdo. Assim, a centralidade da Libras como primeira língua (L1) no desenvolvimento da criança surda além de uma escolha metodológica é uma condição para o acesso pleno ao pensamento complexo, à cultura e à cidadania. Ademais, quando a criança surda é privada de uma língua natural em seus primeiros anos de vida, ela enfrenta o que a literatura científica chama de privação linguística, cujas sequelas podem ser irreversíveis.

O artigo, desse modo, tem a pretensão de refletir sobre a Libras e sua importância como primeira Língua na aprendizagem de crianças Surdas. A relevância desta discussão reside no fato de que o acesso precoce à Libras como L1 é uma necessidade orgânica para evitar o deprivamento linguístico. Refletir, portanto, sobre essa temática é urgente, pois a língua de sinais atua como o alicerce para as funções cognitivas superiores, permitindo que a criança surda desenvolva o pensamento abstrato, a memória e a capacidade de simbolização em paridade com crianças ouvintes.

2 LÍNGUA E LINGUAGEM: DESDOBRAMENTOS PARA A LIBRAS COMO L1

Para início da delimitação deste tema, é imperativo compreender que a dualidade entre língua e linguagem não se encerra em uma definição meramente terminológica, mas reflete a própria complexidade da cognição e da interação humana. Sob a ótica de Saussure (2004), a língua é concebida como um sistema de signos que se impõe ao indivíduo como um contrato coletivo, enquanto a

linguagem seria a faculdade multiforme que permite a expressão dessa estrutura. Ao transmutarmos essa lógica para o universo da surdez, percebemos que a Libras preenche rigorosamente esses requisitos: ela é a manifestação de uma linguagem visual-espacial que se materializa em uma língua viva, dotada de regras arbitrárias e sociais.

> Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. (Saussure, 2004, p. 17).

Para iniciarmos a exegese do pensamento saussuriano, depreende-se da referida citação que o autor estabelece uma distinção ontológica entre os conceitos, sem, contudo, isolá-los em compartimentos estanques. Sob essa ótica, a língua é apresentada como a dimensão sistematizada e coletiva da linguagem — uma instituição social que precede o indivíduo e viabiliza a comunicação. Enquanto a linguagem reside na esfera das potencialidades biopsicológicas do ser humano, a língua materializa-se como o acervo de convenções arbitrárias que o corpo social valida e compartilha.

Nas palavras de Lodi (2006, p. 17), dessa maneira, “Saussure não propõe uma oposição excludente, mas sim uma hierarquia funcional: a língua é a parte essencial e o produto acabado que confere inteligibilidade à faculdade da linguagem”. Esta articulação é fundamental para compreendermos a Libras, pois reafirma que, embora a capacidade de linguagem seja inata, sua realização plena depende de um sistema linguístico consolidado socialmente, independentemente da via sensorial utilizada.

Dando sequência a esse raciocínio, a inclusão das proposições de Noam Chomsky (1978) na análise permite observar que o acesso à linguagem não está condicionado à integridade dos canais auditivos, mas sim a um dispositivo biológico de aquisição que demanda insumos ambientais para sua plena floração. Sob a ótica gerativista, cada indivíduo possui intrínseca ao seu aparato cognitivo uma gramática que, ao ser acionada, torna-se capaz de gerar infinitas sentenças. Chomsky (1978) postula que

> o linguista deve buscar compreender, por meio dos dados do desempenho (ou da performance), o “sistema subjacente de regras que foi dominado pelo falante-ouvinte e que ele põe em uso na performance efetiva”. Dessa forma, a investigação científica deve dedicar-se a teorizar sobre esse sistema latente e as condições necessárias para sua ativação (Chomsky, 1978, p. 84).

Partindo desse pressuposto, o percurso analítico aqui delineado visa demonstrar que garantir à criança surda o contato precoce com a Libras transcende o mero ensino de um código comunicativo; trata-se da ativação de sua faculdade linguística plena. Ao prover estímulos em uma língua visual-espacial, permite-se que o dispositivo de aquisição da linguagem opere sem barreiras, assegurando ao

sujeito a capacidade de pensar, significar e estruturar sua subjetividade através de uma gramática autônoma. Assim, a Libras assume o papel de pilar fundamental para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, confirmando que a natureza da competência linguística humana é independente da via sensorial utilizada.

Mediante ao exposto, a literatura científica, segundo Santana (2007), estabelece que a aquisição da língua de sinais por crianças surdas apresenta marcos de desenvolvimento análogos aos da aquisição da língua oral por crianças ouvintes. No entanto, essa simetria desaparece quando se analisa a apropriação da modalidade escrita da Língua Portuguesa, uma vez que as condições de contorno linguístico são profundamente heterogêneas para ambos os grupos. Corroborando com esse pensamento, Arantes (2007), analisa que:

> Enquanto para o sujeito ouvinte a escrita configura-se como a representação gráfica de um sistema fonológico previamente internalizado — permitindo uma transposição natural entre a oralidade e o registro escrito —, para o estudante surdo, o português escrito apresenta-se como uma língua de modalidade distinta da sua língua natural (Arantes, 2007, p. 21).

A ausência de acesso direto à dimensão fonético-auditiva da língua majoritária torna a decodificação e a produção textual, processos cognitivamente mais onerosos, exigindo estratégias de processamento visual e semântico diferenciadas. Todavia, observa-se que as práticas pedagógicas contemporâneas frequentemente negligenciam a complexidade dessa tríade linguística que compõe o cenário de alfabetização e letramento do surdo: a interface entre o português oral, o português escrito e a Libras.

Nessa esteira de debate Karnopp (2005), reflete que tal lacuna metodológica ignora as especificidades do bilinguismo bimodal, dificultando uma compreensão holística das diferentes funções e estruturas que regem cada um desses sistemas no ambiente escolar. Dessa maneira, a compreensão da Libras exige, primordialmente, a distinção entre as faculdades da linguagem e o sistema da língua.

A linguagem, assim, é entendida como uma capacidade inata e universal do ser humano de expressar pensamentos, sentimentos e experiências por meio de sistemas de sinais (sejam eles sonoros, visuais ou gestuais). No caso do sujeito surdo, a linguagem manifesta-se plenamente, por meio da modalidade visual-espacial, uma vez que o canal auditivo-oral se encontra obstaculizado. Por outro lado, a língua é a realização social e concreta dessa faculdade; um sistema abstrato de regras compartilhadas por uma comunidade específica. Portanto, a Libras não é uma linguagem no sentido restrito (como a linguagem das flores ou linguagem corporal), mas sim uma língua de pleno direito.

A diferenciação entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e meros sistemas de gestos ou linguagens não sistematizadas constitui um pressuposto fundamental para o reconhecimento de sua autonomia científica e linguística. Essa distinção fundamenta-se, primordialmente, na “arbitrariedade”,

princípio que estabelece que a relação entre o sinal e o seu referente nem sempre se baseia na iconicidade ou em uma semelhança visual direta com o objeto real; em vez disso, o significado é fruto de uma convenção cultural estabelecida pela comunidade surda, permitindo que conceitos abstratos e complexos sejam expressos sem a necessidade de uma representação figurativa.

Paralelamente, a dualidade de estruturação evidencia a complexidade interna do sistema ao demonstrar que a Libras é composta por "unidades mínimas" desprovidas de significado isolado — os parâmetros como "configuração de mão", "ponto de articulação" e "movimento" — que, ao serem combinadas de forma organizada, articulam "unidades superiores" dotadas de sentido pleno. Essa organização em níveis demonstra que a língua não é um aglomerado de mímicas, mas um sistema fonológico e morfológico robusto.

Por fim, a "produtividade" assegura à Libras o status de língua viva e dinâmica, garantindo aos seus usuários a capacidade infinita de gerar novas sentenças, expressar pensamentos inéditos e incorporar novos conceitos conforme as demandas sociais e tecnológicas evoluem, transcendendo a limitação contextual dos gestos isolados e conferindo-lhe uma gramática capaz de abranger toda a experiência humana.

Porém, para entendermos a organização da Libras sob a ótica da Linguística, é preciso partir da compreensão de que a distinção entre língua e linguagem é o que valida o status científico dos sinais. Enquanto a linguagem é a capacidade humana universal de comunicar-se, a língua é um sistema gramatical complexo e específico. Nas línguas orais, a unidade mínima que não possui significado sozinha é o fonema (o som). Na Libras, como a modalidade é espaço-visual, os fonemas não são auditivos, mas sim unidades visuais. Os cinco parâmetros que você listou são, portanto, os "fonemas" da Libras. A grande diferença é que, na fala, os sons saem um após o outro (linearidade), enquanto na Libras, esses cinco elementos acontecem ao mesmo tempo (simultaneidade).

Diferentemente das línguas orais-auditivas, que se estruturam sobre unidades sonoras denominadas fonemas, a Libras organiza-se a partir de uma matriz dos "parâmetros" que atuam de forma simultânea e coordenada no espaço visual. O primeiro desses componentes é a "configuração de mão", que se refere ao formato específico assumido pelas mãos durante a sinalização, sendo essencial para a distinção morfológica. Este parâmetro interage diretamente com o ponto de articulação, que delimita o local exato no corpo do sinalizante ou no espaço neutro à sua frente onde o sinal é produzido. A dinâmica do sinal é conferida pelo movimento, que engloba o deslocamento das mãos através de trajetórias variadas, como linhas, círculos ou zigue-zagues.

Adiciona-se a isso a "orientação ou direcionalidade", que define para qual plano a palma da mão está voltada, podendo alterar completamente o sentido de um verbo ou a intenção da mensagem. Por fim, "as expressões não manuais ou faciais" integram o sistema ao utilizar movimentos da face, dos olhos e do tronco para conferir entonação, carga afetiva e marcações gramaticais imprescindíveis,

como a diferenciação entre uma afirmação, uma pergunta ou uma negação, garantindo à Libras uma complexidade linguística plena e equivalente à das línguas faladas.

Conforme explica Ferreira-Brito (1995),

> Assim, a faculdade da linguagem constitui um dos domínios mais complexos do desenvolvimento humano, configurando-se como um processo contínuo que perpassa todo o ciclo vital. Do ponto de vista ontológico, a linguagem opera a transposição da realidade mental para a expressão material, estabelecendo a distinção antropológica fundamental entre o gênero humano e as demais espécies animais (Ferreira-Brito, 1995, p. 57).

Trilhando nessa mesma senda, a abordagem de Quadros (2025), o campo da Teoria Linguística, a investigação acerca da aquisição da linguagem dedica-se a elucidar os mecanismos pelos quais o sujeito transita de um estado inicial de ausência de expressão verbal para a condição de falante proficiente, processo este que ocorre de forma endógena e independe de instrução institucionalizada. Esse fenômeno viabiliza a inserção do indivíduo em sua comunidade linguística, provendo-lhe os meios de interação social e apropriação cultural. Sob essa ótica, conforme a análise de Correa (1999), toda criança detém a capacidade latente de desenvolver a língua de seu entorno como língua materna. alternativamente, de processar a aquisição simultânea ou sucessiva de múltiplos sistemas linguísticos, consolidando, assim, sua competência comunicativa.

Análogo a esse pensamento, Quadros (2004) esclarece que:

> A investigação acerca das faculdades linguísticas e comunicativas do *Homo sapiens* constitui um campo interdisciplinar denso, no qual diversas correntes epistemológicas buscam elucidar os mecanismos de desenvolvimento da linguagem. No âmbito acadêmico, essa compreensão perpassa a análise de diferentes conceitos sob perspectivas distintas, que fundamentam desde a pedagogia até a linguística aplicada (Quadros, 2004, p. 86).

A reflexão proposta por Quadros (2004) sublinha a natureza multifacetada do fenômeno linguístico, situando a investigação sobre as faculdades do *Homo sapiens* em um território de convergência entre múltiplos saberes. Ao caracterizar esse campo como uma intersecção epistemológica densa, a autora ratifica que a compreensão da linguagem não pode ser reduzida a uma perspectiva isolada, mas deve ser articulada a partir de correntes que dialogam entre si para elucidar os processos de desenvolvimento humano. Sob essa ótica, a análise de conceitos fundamentais sob prismas distintos não constitui apenas um exercício teórico, mas estabelece o suporte científico indispensável para áreas que vão da pedagogia à linguística aplicada.

Segundo Botelho (2002), no contexto da surdez, essa interdisciplinaridade é particularmente relevante, pois exige que o pesquisador transite entre a estrutura gramatical autônoma da Libras e os processos de mediação pedagógica, consolidando uma base teórica que legitime a língua de sinais não apenas como instrumento de comunicação, mas como pilar central na constituição do pensamento e da subjetividade do sujeito surdo. Assim, a fundamentação aqui exposta busca exatamente essa síntese,

utilizando a densidade dessas correntes para sustentar a primazia da Libras na aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo.

A partir dessa densidade epistemológica mencionada por Quadros, torna-se necessário esmiuçar as trajetórias teóricas que tentam decifrar a gênese da competência linguística humana. Em conformidade com Quadros (2004), a primeira dessas matrizes é a Abordagem Comportamentalista, idealizada por Skinner (1957). Sob a égide do Behaviorismo, o processo de aquisição da linguagem é compreendido como um comportamento condicionado, operando sob a lógica de estímulo, resposta e reforço. Nesse panorama, o meio provê os insumos linguísticos necessários, enquanto a criança reage por meio da compreensão e produção; a consolidação desse aprendizado ocorre na medida em que a produção infantil é recompensada ou reforçada pelos adultos circundantes, validando a eficácia do condicionamento ambiental.

Em contrapartida, a Abordagem Linguística, fundamentada no pensamento de Chomsky, postula a linguagem como um fenômeno estritamente inato e uma exclusividade biológica da espécie humana. Segundo essa vertente gerativista, a capacidade de processar e produzir uma língua advém de um dispositivo natural intrínseco à biologia do sujeito, restando ao ambiente um papel periférico de apenas acionar essa faculdade. A análise de Ferreira-Brito (1995), fundamentada na Gramática Gerativa de Noam Chomsky, sustenta que a aquisição da Libras não é um processo de simples imitação motora, mas a manifestação de uma faculdade biológica inata. Nessa perspectiva, o cérebro humano possui um Dispositivo de Aquisição de Linguagem que opera independentemente da modalidade sensorial, processando a estrutura visual-espacial com o mesmo rigor gramatical das línguas orais. De acordo com Ferreira-Brito (1995),

> a perspectiva de Chomsky da Gramática Gerativa indica que a aquisição da Libras decorre de uma predisposição biológica inata. Essa faculdade da linguagem é universal e independe do canal comunicativo, garantindo que o desenvolvimento gramatical ocorra de forma espontânea tanto na modalidade visual-espacial quanto na oral-auditiva (Ferreira-Brito, 1995, p. 67).

Assim, a criança surda exposta precocemente à sinalização não aprende gestos isolados, mas aciona parâmetros universais que permitem a construção espontânea de uma sintaxe complexa e produtiva, reafirmando que a competência linguística é uma característica intrínseca à espécie humana, independentemente do canal de emissão e recepção. Existe, portanto, um mecanismo cognitivo que permite ao indivíduo acessar uma gramática internalizada, denominada Gramática Universal, que serve como alicerce para a estruturação de qualquer língua materna. Essa perspectiva é central para legitimar a aquisição de línguas de sinais, como a Libras, ao demonstrar que a competência linguística independe da modalidade auditiva e reside na organização cerebral do indivíduo.

Aprofundando a discussão sobre o bilinguismo, a teoria de Stephen Krashen (1985) estabelece uma distinção técnica fundamental entre a aquisição e a aprendizagem de uma segunda língua (L2).

Para o autor, a aquisição assemelha-se ao desenvolvimento da língua materna, ocorrendo de forma inconsciente e intuitiva através do contato direto com a cultura e o uso prático do idioma. Já a aprendizagem é configurada como um processo instruído e formal, típico do ambiente de sala de aula, onde as regras gramaticais são explicitadas e memorizadas de maneira consciente. No cenário da educação para surdos, essa diferenciação é crucial para determinar como a Libras deve ser vivenciada como língua natural de imersão e como o Português Escrito deve ser abordado enquanto sistema de ensino sistematizado.

Por fim, a Abordagem Interacionista apresenta dois eixos complementares de análise: o cognitivista e o social. O enfoque cognitivista, pautado nas pesquisas de Piaget (1959), sustenta que as estruturas cerebrais internas são determinantes para o comportamento, sendo a linguagem uma consequência direta do desenvolvimento cognitivo geral e da função semiótica. Por outro lado, a vertente sociointeracionista, fundamentada em Vygotsky (1998), defende que o desenvolvimento psicológico superior é promovido pela convivência social e pela mediação cultural. Para essa linha, a linguagem direcionada à criança é o fator determinante e o facilitador essencial da aquisição, pois é através do intercâmbio com o outro que o pensamento se organiza e o sujeito se constitui enquanto ser linguístico e social.

Dado esse entendimento, as matrizes teóricas expostas ratificam que a distinção entre língua e linguagem é o que fundamenta a legitimidade da Libras no desenvolvimento global do sujeito surdo. Enquanto a linguagem se manifesta como uma faculdade biológica e cognitiva universal, a Libras consolida-se como um sistema linguístico autônomo, estruturado por parâmetros visuo-espaciais que ativam as mesmas áreas corticais responsáveis pelas línguas orais.

A convergência dessas abordagens permite concluir que o acesso precoce à língua de sinais não é meramente uma opção metodológica, mas um imperativo para a constituição do pensamento e da subjetividade. Portanto, ao garantir que a Libras cumpra o papel de primeira língua (L1) por meio de processos de aquisição natural, e que a língua majoritária seja introduzida como um processo de aprendizagem mediada, assegura-se ao estudante surdo o direito fundamental de organizar sua realidade mental e material, transcendendo as barreiras impostas pela privação sensorial e consolidando sua identidade em um ambiente efetivamente bilíngue.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Skliar (1998), a Libras pode ser concebida como alicerce da subjetividade e do Direito Linguístico. Em face do exposto, depreende-se que a compreensão da Libras como língua de pleno direito transcende a mera descrição técnica de seus parâmetros, situando-se no cerne do debate sobre a própria natureza da faculdade da linguagem humana.

A trajetória teórica percorrida — desde as dicotomias saussurianas e o inatismo Chomsky até as perspectivas interacionistas de Piaget e Vygotsky — converge para uma conclusão irrefutável: a modalidade visual-espacial da Libras possui equivalência funcional e cognitiva em relação às línguas orais, sendo plenamente capaz de ativar os dispositivos biológicos de aquisição e organizar as funções psicológicas superiores do indivíduo surdo. Portanto, a distinção ontológica entre a capacidade universal da linguagem e o sistema social da língua revela que o impedimento sensorial auditivo não constitui, por si só, um obstáculo ao desenvolvimento do pensamento, desde que o acesso a um sistema linguístico acessível seja garantido de forma precoce e natural.

A análise da tríade linguística que compõe o cenário educativo do surdo — a Libras, o Português oral e o Português escrito — evidencia as assimetrias presentes nos processos de alfabetização e letramento. Como discutido, enquanto o aluno ouvinte realiza uma transposição de modalidades dentro de uma mesma língua materna, o aluno surdo enfrenta o desafio de aprender o Português escrito como uma segunda língua (L2), desprovida de base fonológica direta.

Essa realidade impõe a necessidade urgente de práticas pedagógicas que abandonem o modelo clínico-medicalizado e adotem a perspectiva do bilinguismo bimodal. Reconhecer a primazia da Libras como L1 é, portanto, assegurar que a criança surda disponha de uma estrutura simbólica sólida que servirá de suporte para a subsequente aprendizagem do Português, evitando o deprivamento linguístico e garantindo que o conhecimento escolar seja mediado por uma língua que lhe seja natural e transparente.

A importância da Libras como L1 reside no fato de que ela humaniza o sujeito surdo perante a sociedade. Ela retira a surdez do campo da patologia e a insere no campo da diversidade cultural. Garantir a L1 é garantir que a criança tenha o direito de ter uma voz — mesmo que essa voz se manifeste pelo movimento das mãos e pela expressividade do rosto. Em última análise, a legitimação científica da Libras e de sua gramática complexa, estruturada em parâmetros que operam em regime de simultaneidade, configura um ato de justiça social e afirmação identitária.

Garantir o bilinguismo no ambiente escolar não é uma concessão metodológica, mas o cumprimento de um direito humano fundamental. Ao consolidar um espaço onde a Libras é a língua de instrução e de interação social, promove-se não apenas a inclusão educacional, mas a constituição de um sujeito surdo autônomo, capaz de significar sua realidade e participar plenamente da vida em sociedade. A síntese aqui apresentada reafirma, portanto, que a educação de surdos deve estar ancorada no respeito à diversidade linguística, elevando a Libras ao seu status legítimo de pilar central na construção do conhecimento e da subjetividade.

ISSN: 2177-3246

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CHOMSKY, N. Aspectos da teoria da sintaxe. 2. ed. Coimbra: Armênio Amado, 1978.

CORREA, Letícia Maria Sicuro. Aquisição da linguagem: uma retrospectiva dos últimos trinta anos. DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada [online]. 1999, v. 15, n. spe [Acessado 21 Outubro 2025] , pp. 339-383. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-44501999000300014>.

FERREIRA-BRITO, L. Por uma gramática das línguas de sinais. Tempo Brasileiro. UFRJ. Rio de Janeiro. 1995.

KARNOPP, Lodenir Becker. "Práticas de leitura e escrita em escolas de surdos". In: Fernandes, E. (org.) Surdez e Bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.

KRASHEN, Stephen. The Input Hypothesis. issues and implications. Harlow: Longman, 1985.

LIMA, Daniel Ribeiro de. A teoria de Krashen e a aquisição da segunda língua. Anais Eletrônicos do I SEFELI, v. 1, 2011, 2011.

LODI, Ana Claudia Balieiro; MOURA, Maria Cecília de. Primeira língua e constituição do sujeito: uma transformação social. ETD-Educação Temática Digital, v. 7, n. 2, p. 1-13, 2006.

QUADROS, R. M; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SKINNER, B. F. Verbal behavior. Acton: Copley Publishing Group, 1957.

SKLIAR. Carlos. (org.) A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

SAUSSURE, F. Curso de lingüística geral. São Paulo: Cultrix, 2004.

SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.